

MANTER A ATIVIDADE LETIVA PRESENCIAL EXIGE MEDIDAS ADEQUADAS

Para a FNE, a decisão do Governo de manter a atividade letiva presencial em todas as nossas escolas tem de ter como consequência a **determinação de medidas que garantam a proteção e a saúde de todos os membros da comunidade escolar**.

A evolução da pandemia do Covid-19 no nosso País assume proporções de tal gravidade que o Governo teve de determinar um novo período de confinamento de, pelo menos, um mês, mas mantendo as escolas abertas.

A FNE sempre sublinhou a necessidade de que uma decisão sobre as condições de funcionamento das escolas assentasse nos pareceres dos especialistas e da comunidade científica. Ora, o que se verificou ao longo dos últimos dias foi uma clara divergência sobre a identificação da melhor solução, nomeadamente sobre o real impacto na velocidade de propagação do vírus e, portanto, dos riscos que lhe estão associados, em relação a cada uma das soluções possíveis quanto ao funcionamento das escolas.

A FNE defendeu que o ensino presencial é claramente preferível, por variadas razões. **Temos bem consciência da insuficiência dos meios tecnológicos de que podemos dispor**, se quiséssemos avançar para modalidades de ensino a distância ou híbrida. O Governo não assegurou o compromisso de que no início deste ano letivo todos os alunos e professores estivessem dotados de equipamentos e meios para que essas modalidades pudessem ser asseguradas. **Mas também temos consciência de que, mesmo que esses meios existissem, eles são sempre de efeito inferior ao da atividade letiva presencial**, que é mais rica e mais eficaz.

Foi por estes motivos, e em nome da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem e da valorização da atividade profissional docente que a FNE defendeu e defende a atividade letiva presencial.

Agora, tomada a decisão de determinar que, para já, a regra será a de manter a atividade letiva presencial em todos os níveis e setores de ensino, a FNE considera que devem ser adotadas medidas que garantam, quer o acompanhamento da situação epidemiológica em contexto escolar, quer a promoção da saúde e segurança de toda a comunidade educativa.

Deste modo, a FNE continua a sublinhar a necessidade de garantir, tanto quanto possível, a redução do número de alunos em cada grupo turma, bem como o distanciamento físico aplicável para a segurança de todos.

Por outro lado, a FNE assinala ainda a necessidade de outras duas medidas: por um lado, a realização sistemática de **testes** que permitam acompanhar e detetar todas as situações de infeção que se venham a registar; por outro lado, a colocação da comunidade escolar na mais elevada prioridade que for possível para a **vacinação**, para que o mais rapidamente esteja protegida para continuarem com segurança os processos de ensino-aprendizagem.



É ainda indispensável que todos os alunos tenham docentes para todas as atividades curriculares e que as escolas estejam dotadas dos trabalhadores não docentes — técnicos especializados, assistentes técnicos e assistentes operacionais — que forem indispensáveis para que todos os serviços das escolas estejam a funcionar.

Finalmente, torna-se imperioso que se assegure o adequado enquadramento dos **Docentes que pertençam a grupos de risco**, salvaguardando-se a sua proteção e a sua saúde.

A FNE continuará o acompanhamento da situação nas nossas escolas e não deixará de, sempre que necessário, apresentar as propostas que considerar adequadas para que a saúde de todos seja preservada.

Porto, 14 de janeiro de 2021 A Comissão Executiva da FNE